



PROJEJO POLÍTICO PEDAGÓGICO



Senac Goiás
2010



PROJEJO
POLÍTICO PEDAGÓGICO

Goiânia, outubro de 2010.

**SENAC - SERVIÇO NACIONAL
DE APRENDIZAGEM COMERCIAL**

Conselho Regional

José Evaristo dos Santos

Presidente

Departamento Regional de Goiás

Felicidade Maria de Faria Melo

Diretora Regional

Maria de Lourdes Martins Narciso

Diretora de Educação Profissional

Maria Cândida Rodrigues

Diretora Administrativa

Maria Helena De Podestà

Diretora de Recursos Humanos

Pedro José Scharnovski

Diretor Financeiro

Coordenação Geral

Diretoria de Educação Profissional

Coordenação do Projeto

Claudia Márcia Alencar Costa Pereira

Consultor Pedagógico

Antônio Evaldo Oliveira

Equipe de Elaboração - Redação

- Coordenação de Apoio Técnico

Amália Cardoso da Silva Aguiar;

Claudia Márcia Alencar Costa Pereira;

Rômulo Criston Gomes Nascimento;

Veronizia Theodoro Luz.

- Centro de Educação Profissional de Anápolis

Maria Ivone Dias;

Graziela Dania da Silva Lima

- Centro de Educação Profissional de Catalão

Amanda Juliana Costa

- Centro de Educação Profissional Elias Bufáçal

Telma Raimundo do Nascimento

- Centro de Educação Profissional de Ipameri

Lara Cariny Celestino Fonseca

- Centro de Educação Profissional de Rio Verde

Maria Josefina Failla de Seron

Coordenação de Comunicação e Marketing

Adriane Vitoreli - Revisão da Redação

Marcos Baroni - Capa

Sara Dantas - Diagramação

Fotos

Acervo do Senac Goiás

SENAC. *Departamento Regional de Goiás.*

S474p

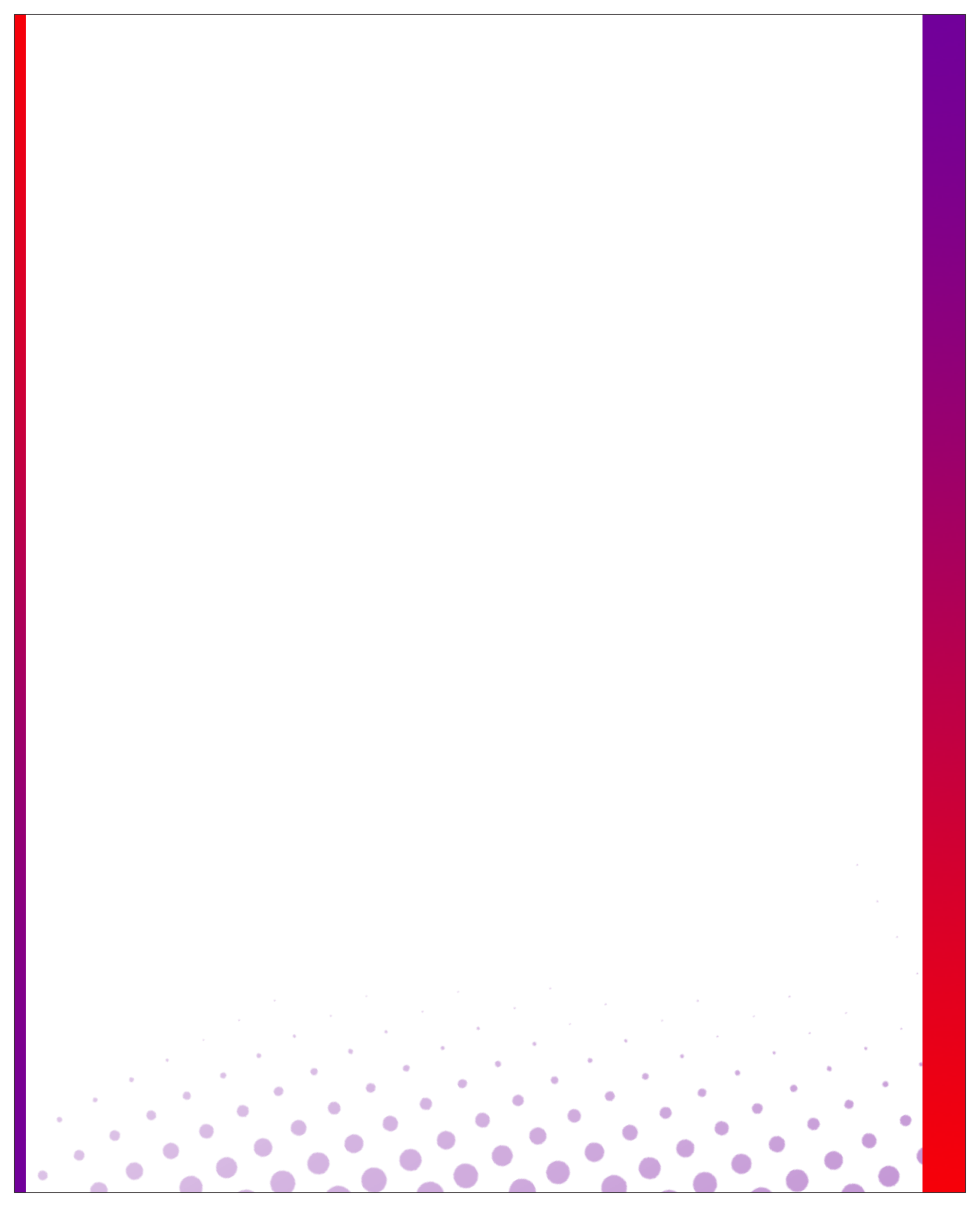
Projeto político pedagógico / Serviço Nacional de
Aprendizagem Comercial. – Goiânia: Ed. Cir Gráfica, 2010.
48 p. : il. ; 29 cm.

1. Educação profissional. 2. Sistema educacional –
Planejamento pedagógico I. Serviço Nacional de
Aprendizagem Comercial. Departamento Regional de
Goiás. II. Título.

CDU:377:.014

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
INTRODUÇÃO.....	7
2. JUSTIFICATIVA.....	9
3. HISTÓRICO	11
4. ESTRUTURA FÍSICA	14
5. ANÁLISE DO CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO.....	15
6. ANÁLISE DO CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO DE GOIÁS.....	17
7. PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	18
8. AÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	25
9. AÇÕES EXTENSIVAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	28
10. AÇÕES COMPLEMENTARES À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	29
11. NORTEADORES CURRICULARES.....	30
12. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	36
13. AVALIAÇÃO.....	41
14. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	45
15. CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
16. BIBLIOGRAFIA.....	47



APRESENTAÇÃO

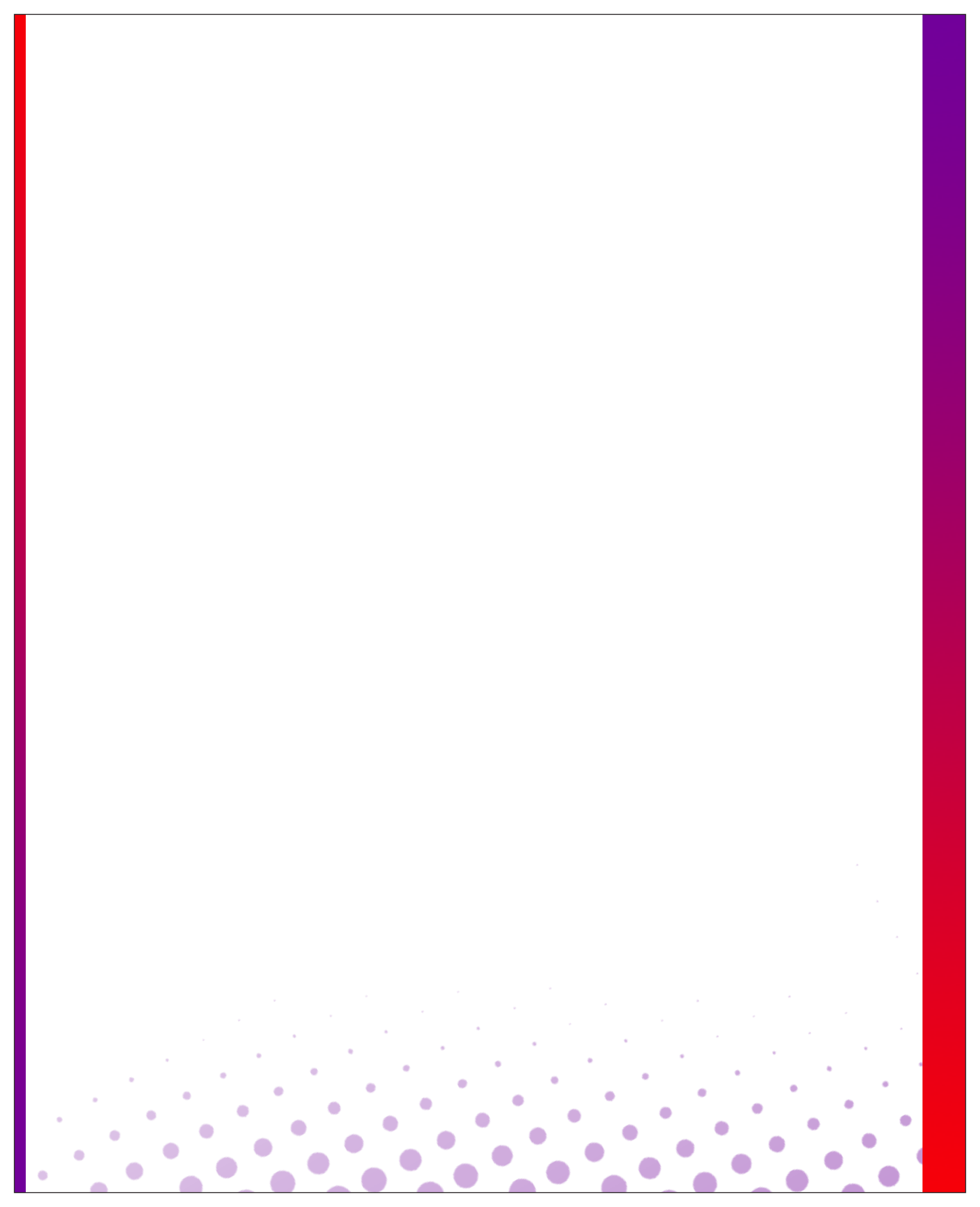
A Ressignificação do Projeto Político Pedagógico do Regional de Goiás , traz consigo a marca que identifica a essência da atuação do Trabalho em Equipe, fundamentada em um modelo de gestão participativa e comprometida com a assertividade, suporte fundamental para o êxito das ações desenvolvidas por esta Instituição de Educação Profissional. A participação dos diversos atores que atuam no processo educativo, seja na atividade fim ou nas atividades de apoio e suporte, expressa a legitimidade da construção coletiva do PPP como um documento norteador do fazer pedagógico das Unidades Educacionais à luz das mudanças que impactam hoje a Educação Profissional.

O PPP cumpre a função de dar um rumo, uma direção à instituição. Nesse sentido, o objetivo principal da elaboração deste documento está ligado não só às exigências legais ou aos aspectos relacionados ao cumprimento de sua formalização textual, mas, sim, à qualidade conseguida ao longo do processo de sua elaboração, uma vez que o PPP somente se constituirá em referência para as ações educativas se os sujeitos da comunidade educacional se reconhecerem nele, para referendá-lo como tal. Assim, o PPP tem em sua base conceitual a construção de um conhecimento que não é pronto e acabado, mas que está em permanente avaliação e/ou reformulação, de acordo com os avanços dos principais modelos educacionais da atualidade.

Desta forma, não pretende ser um manual para o corpo docente. Sua proposta é dialogar a respeito da estrutura educacional, dos conteúdos e da metodologia desta Instituição, bem como ter claro seus fins e objetivos. Conscientes de que PPP é um dos documentos responsáveis pelo bom desempenho do corpo docente e pelo alcance dos objetivos que a Instituição se propõe, procura abordar toda a ação educativa segundo as necessidades e as oportunidades surgidas no processo de ensino e de aprendizagem. Torná - lo significativo depende do compromisso de cada educador do Regional de Goiás, no seu fazer diário, numa relação dialética e dialógica com a comunidade Educacional.

Felicidade Maria de Faria Melo
Diretora Regional

Maria de Lourdes Martins Narciso
Diretora de Educação Profissional



1. INTRODUÇÃO

No sentido etimológico, o termo projeto vem do latim projectu = lançado. É participio passado do verbo projicere, que significa lançar para frente. É um plano, intento, desígnio. Empreendimento.

Analisando com mais minúcia a etimologia do termo Projeto Político Pedagógico, será mais fácil familiarizar-se com o que ele diz em suas entrelinhas: PROJETO = vem do latim PROJICERE que significa lançar para frente; POLÍTICA = refere-se à ciência ou arte de governar; orientação administrativa de um governo; princípios diretores da ação; conjunto dos princípios e dos objetivos que servem de guia a tomadas de decisão e que fornecem a base da planificação de atividades em determinado domínio; modo de se haver em qualquer assunto particular para se obter o que se deseja; estratégia; tática; (Do grego politiké, «a arte de governar a cidade»).

PEDAGÓGICO = relativo ou conforme a pedagogia; que é teoria da arte, filosofia ou ciência da educação, com vista à definição dos seus fins e dos meios capazes de os realizar. Sabemos que nenhum Projeto Político Pedagógico pode ser dado como pronto e acabado sob pena de cristalizar e deixar de acompanhar os movimentos da história. Iniciamos a caminhada partindo de um processo de mobilização de toda equipe gestora/técnica/administrativa que conseqüentemente conduziu a reconstrução coletiva do PPP no Senac - Goiás sob a liderança da Coordenação Técnica.

Portanto, este documento é o resultado de um esforço conjunto de todos os colaboradores do Senac - Goiás. Em março de 2009, deu-se início o processo de mobilização para ressignificação do Projeto Político Pedagógico, por meio de um encontro técnico realizado no Regional, intitulado o dia “D” do PPP, com a participação dos gerentes e supervisores técnicos.

O objetivo do encontro foi promover o aprofundamento das bases conceituais necessárias ao desenvolvimento das atividades propostas na Ressignificação do Projeto Político Pedagógico no Regional. Em sequência às atividades realizou-se a oficina: Elaboração da Ressignificação do Projeto Político Pedagógico, ministrada pelas Técnicas do Departamento Nacional (Maria Helena Barreto Gonçalves e Maria Luiza Motta da Silva Araújo) no Regional, no final de abril de 2009. Desde então o Projeto Político Pedagógico do Senac - GO vem sendo reconstruído e propondo novos caminhos.

Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e suas relações com o currículo, conhecimento e a função social que da Instituição, conduz a um pensar e uma reflexão contínua de todos envolvidos neste processo. Que sujeitos queremos formar? Que conhecimento queremos discutir? Que sociedade queremos para viver? Que escola queremos? Que educação queremos priorizar? Que avaliação precisamos construir? Que cultura queremos valorizar? Que conhecimentos queremos trabalhar? Que relações queremos estabelecer com a sociedade? Portanto, esta proposta/projeto pretende apresentar respostas a todos estes questionamentos.

2. JUSTIFICATIVA

Uma Instituição Educacional é responsável por garantir o acesso aos saberes elaborados socialmente e, por isso, deve-se salientar seu grande papel como orientadora, mediadora e transformadora da educação. Nesse contexto, é que este Projeto Político Pedagógico tem sido proposto com o objetivo de descentralizar e democratizar a tomada de decisões no ambiente educacional, buscando maior participação de todos os agentes envolvidos. Intencionando fortalecer sua identidade educacional, bem como refletir acerca da organização do trabalho pedagógico, o Senac Goiás, a partir de um intenso trabalho de recontextualização nas Unidades Educacionais, buscou a construção de um Projeto em consonância com o cenário atual, com a dinamicidade do conhecimento e com as necessidades que envolvem a Instituição. Nas palavras de Gadotti (1994: 579)

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Assim, o Projeto Político Pedagógico é a configuração da singularidade e da particularidade desta Instituição Educacional. A sua construção e ressignificação exige uma reflexão a respeito da concepção e das finalidades da educação e sua relação com a sociedade, bem como uma reflexão mais aprofundada sobre o indivíduo que a Instituição quer formar e de que mundo quer construir com a sua contribuição. Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico envolve, direta e indiretamente, as concepções de homem, mundo, sociedade, educação, Instituição Educacional, cidadão, profissional, conhecimento, currículo e processo de ensino e de aprendizagem, concepções a partir das quais, o Projeto é delineado, elaborado, vivenciado e avaliado. Desde o mês de março de 2009, o Senac Goiás vem desenvolvendo esse trabalho de ressignificação de seu Projeto Político Pedagógico promovendo oficinas, reuniões, discussões, debates e pesquisas envolvendo toda a comunidade educacional, estimulando a participação de todos, tendo como ponto de partida sua Proposta Pedagógica elaborada em 2003.

3. HISTÓRICO

O Senac foi criado durante o período nacional popular em um cenário de industrialização brasileira, em que figurava os efeitos do Pós-Guerra. Esse período de crise do sistema econômico mundial, impulsionado por forças sociais internas que buscavam a consolidação de grupos produtores nacionais (agricultura, indústria, comércio, transportes, etc), com o desenvolvimento de processos que substituíssem as importações, bem como buscava o fortalecimento estatal como instrumento, regulação e formação de núcleos, foi a razão para que vários segmentos, em especial o Estado, se preocupassem com a preparação de mão de obra qualificada, vez que este último tomou para si o desenvolvimento da estrutura produtiva industrial.

Tanto que a Constituição Federal de 1937, em seu Artigo 129, do capítulo que trata da Educação e Cultura dizia que “O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas e, em matéria de educação é o primeiro dever do Estado”. Entretanto, em que pese à criação do Senac somente ter ocorrido em 1946, sua gestação, contudo, data dos anos anteriores, no período compreendido entre 1937 e 1945, época em que o Estado Novo concentrou seus esforços na normalização da agricultura e na expansão do processo de industrialização.

3.1 - CRIAÇÃO DO SENAC E REGULAMENTAÇÃO

Diante dos novos tempos, em 10 de janeiro de 1946, Carneiro de Mendonça, Ministro do Trabalho, representando o Presidente da República José Linhares, empossa João Daud't Oliveira na Presidência da primeira Diretoria da Confederação Nacional do Comércio, em concorrida solenidade realizada no Teatro Municipal da cidade do Rio de Janeiro. “Em seu discurso de posse anuncia a criação do Senac criado para formar mão-de-obra para o Setor terciário da economia”, através do Decreto Lei nº. 8.621/46 de 10 de janeiro de 1946. O Senac teve seu Regulamento aprovado pelo Decreto 61.843, de 05 de dezembro de 1967, alterado pelo Decreto nº. 5.728, de 16 de março de 2006.

3.2 - O SENAC EM GOIÁS

Diante do cenário descrito, Goiás enfrentava problemas sociais típicos da falta de uma identidade nacional e de uma política voltada para o seu próprio desenvolvimento. Os comerciários e as autoridades goianas preocupavam-se com a educação profissionalizante, como meio de fortalecimento estatal, tanto que os primeiros cursos ministrados pelo Senac Goiás foram realizados antes mesmo de sua criação no Estado.

Um trabalho intenso, bem estruturado e rico face aos seus desdobramentos no decorrer de cada etapa, de cada fase. Como construção coletiva, revela-se uma tarefa complexa e demorada, pois sendo elaborado e vivenciado por todos, requer mudanças de mentalidade, e uma avaliação constante do “pensar”.

Desse modo, é preciso entender o Projeto Político Pedagógico enquanto forma de reflexão do cotidiano educacional, pois, a todo momento deve-se pensar as ações educativas no sentido de melhorá-las, garantindo a construção e reconstrução do saber diante da necessidade da formação plena e integral do homem.

O resultado de todo esse trabalho desenvolvido pelo Senac Goiás segue, neste Projeto, com o desafio de sua viabilização, envolvendo muitas vidas e histórias pessoais, o que remete a importância da Instituição analisar a situação, levar em conta suas concepções e propor o que é conveniente, sem deixar de ousar, num processo constante de reflexão - ação - reflexão.

Sendo assim, todo processo de elaboração desta proposta que se estrutura neste documento, resulta em algo inacabado, uma vez que é um processo, é uma “sinfonia inacabada”, sendo as notas musicais acrescentadas, quem sabe até modificadas, na medida em que os instrumentos tocam juntos, caracterizando uma constante (re)construção (re)contextualização, (re)significação numa caminhada que está apenas começando.

Os cursos de prático correspondente e de escritório foram as primeiras atividades profissionalizantes lançadas pelo Senac Goiás, em prestigiada solenidade de lançamento, ocorrida em 10/06/1947, no Colégio Estadual de Goyaz, que contou com a presença dos empresários, Jaime Câmara, João Daud't de Oliveira, Presidente do Conselho Nacional do Senac e de grande número de associados, alunos em número de 58, pessoas gradas e autoridades de ensino. Os cursos em questão precedem à criação do Senac Goiás. (Boletim Técnico, 1981).

Assim, em 18 de setembro de 1947, na sede da Associação Comercial do Estado de Goiás, na Avenida Goiás, nºs 27/29, foi instalada a Delegacia Estadual do Senac Goiás. Seu primeiro Presidente foi **Jaime Câmara** sendo designado para Delegado Senac Goiás, o empreendedor **Vicente P. Umbelino de Souza**. Com a fundação da Delegacia Regional do Senac - Goiás em 18/09/47, suas atividades foram iniciadas, não só na Capital, mas também no interior. Com a criação em 23 de março de 1.948 da Federação Goiana, o Senac Goiás deixa de ser Delegacia subordinada diretamente ao Departamento Nacional e passa à condição de Administração Regional, subordinando-se ao Conselho Regional instalado em festivas solenidades que se estenderam pelos dias 3 e 4 de maio de 1948, com a presença do Ministro do Trabalho e do Presidente da CNC, formando-se a “trindade do comércio”.

3.3 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

- Competências Essenciais

“Conhecimento e capacidade de inovação e de respostas às demandas em educação profissional.”

- Missão Institucional

“Educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo.”

- Missão do Senac - Goiás

“Ser reconhecido como uma entidade de excelência em Educação Profissional.”

- Objetivos Estratégicos

- Gestão de Portfólio de Produtos e Serviços;
- Gestão Orientada para Resultados;
- Fortalecimento da Imagem Institucional;
- Promoção da Inclusão Social

- Negócio do Senac Goiás

“Senac, educando profissionais para a vida!”

- Valores do Senac - Goiás

- Ética e comprometimento
- Qualidade
- Trabalho em equipe
- Desenvolvimento pessoal
- Inovação

O Senac Goiás é uma Instituição que se pauta pela busca do aperfeiçoamento constante, procurando desenvolver suas ações mediante um processo contínuo de acompanhamento, validação e reformulação dessas ações, o que pressupõe, sempre, dispor de instrumentos capazes de orientar e conduzir esse processo. Neste contexto, o Senac desenvolve ações em consonância com sua missão com ênfase nos seguintes destaques:

Educação - Ênfase na aprendizagem voltada ao desenvolvimento de habilidades, de competências, autonomia e cidadania.

Pessoas - Com a convicção de que o diferencial competitivo das organizações decorre da qualidade de suas pessoas, o Senac Goiás busca desenvolver e manter equipes competentes, motivadas e com alta capacidade de agregação de valores à Instituição e aos seus clientes.

Responsabilidade Social - Educar para a inclusão social, com ênfase na cidadania e na inserção produtiva, é vocação e compromisso do Senac Goiás. A Instituição pratica uma gestão socialmente responsável e exerce uma ação comunitária relevante que constitua exemplo para a sociedade e outras instituições.

Tecnologia da Informação - Inserção e manutenção no novo ambiente social, tecnológico e produtivo, permeado pela tecnologia da informação, é uma estratégia prioritária para a efetividade das ações educacionais a serem oferecidas à comunidade.

Organização e Gestão - O modelo de organização e gestão participativa do Senac Goiás é um dos suportes fundamentais para o êxito das ações desenvolvidas pela Instituição. Reconhecido como Instituição educacional preocupada em manter-se atualizada e integrada às transformações ocorridas nos sistemas produtivos. O Senac tem na educação seu centro de negócios e razão de existir. A marca Senac vem se fortalecendo pela qualificação e pelo desenvolvimento de colaboradores competentes para atuar nos diversos setores do comércio e pela excelência da educação profissional que oferece.

O Senac Goiás busca sempre ser uma referência nacional de qualidade em educação profissional e procura exercer um papel integrador em relação às diversas Instituições Educativas, às diferentes comunidades de trabalho e aos diferentes setores da sociedade na tarefa de produção, disseminação e aplicação do conhecimento em comércio de bens, serviços e turismo.

4. ESTRUTURA FÍSICA

As estruturas físicas, das Unidades Educacionais do Senac Goiás são idealizadas através de projetos arquitetônicos que buscam garantir as condições ideais para a plena execução do processo de ensino e de aprendizagem nas mais diversas modalidades de Educação Profissional levando-se em conta a vocação de cada região e município onde a Instituição Educacional está presente.

5. ANÁLISE DO CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

A partir da década de 80, as novas formas de organização e de gestão modificaram estruturalmente o mundo do trabalho. Um novo cenário econômico se estabeleceu e, por consequência, passou-se a requerer sólida base de educação geral para todos os trabalhadores; educação básica para os menos qualificados; qualificação profissional de técnicos; e educação continuada, para atualização, aperfeiçoamento, especialização e requalificação dos trabalhadores. As empresas passaram a exigir trabalhadores cada vez mais qualificados, à destreza manual se agregaram novas competências relacionadas com a inovação, a criatividade, o trabalho em equipe e a autonomia na tomada de decisões mediada por novas tecnologias da informação.

As transformações que se disseminam pelo planeta vão muito além de uma simples mudança de tecnologias de comunicação e informação. As TIC, (Tecnologias da Informação e Comunicação) desempenham na educação um papel central, na medida em que esta, não é uma área em si, mas um processo permanente em reconstrução. Este paradigma, amplamente dominante, gera outra visão contestadora, que tenta assegurar à educação uma autonomia que lhe permita centrar-se nos valores humanos, na formação do cidadão, na visão crítica e criativa.

Contudo, os instrumentos técnicos para ser competente na linha profissionalizante são frágeis para serem transformadores, fazendo com que a educação realmente existente termine por constituir um universo relativamente ilhado dos processos de transformação econômica e social.

O mundo que hoje surge constitui ao mesmo tempo um desafio e uma oportunidade ao mundo da educação. É um desafio, porque o universo de conhecimento está sendo revolucionado profundamente. Surge uma oportunidade, na medida em que o conhecimento, matéria-prima da educação, está se tornando o recurso estratégico do desenvolvimento moderno.

Dowbor (2001:19) afirma que:

Não é apenas a educação que se defronta com novas tecnologias: estas mesmas tecnologias estão gerando impacto em todo o universo social, e criando novas dinâmicas onde o conhecimento vai se tornando gradualmente central. A transformação envolve praticamente todas as áreas de atividade: economia, política, cultura...

Neste contexto, em vez de profissionais rígidos, competentes nos fazeres que se repetem através da memorização, há que se formar profissionais flexíveis, que acompanhem as mudanças tecnológicas decorrentes da dinamicidade da produção científico-tecnológica contemporânea, premissa confirmada nas idéias de Kuenzer (1999: 19-29).

O desenvolvimento de competências cognitivas complexas e de relacionamento, tais como análise, síntese, estabelecimento de relações, criação de soluções inovadoras, rapidez de resposta, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos para atingir metas, trabalhar com prioridades, avaliar, lidar com as diferenças, enfrentar os desafios das mudanças permanentes, resistir a pressões, desenvolver o raciocínio lógico-formal aliado à intuição criadora, buscar aprender permanentemente, e assim por diante.

Essa realidade aponta para a necessidade de um despertar crítico quanto ao perfil do docente demandado para formar os novos profissionais. Pesquisas realizadas para identificar o perfil profissional do docente de educação técnica indicam um rol de competências estruturadas em categorias que respondem aos requisitos sinalizados pela contemporaneidade por meio de competências identificadas com a mediação da aprendizagem. O desafio da complexidade é enfrentar com ousadia e persistência.

6. ANÁLISE DO CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO DE GOIÁS

A economia goiana tem apresentado indicadores de produção industrial, comercial, agrícola, pecuária e balança comercial bem acima da média nacional. Esses indicadores têm chamado a atenção dos principais formuladores de políticas e investidores nacionais e estrangeiros porque sinalizam que a economia do Estado de Goiás continua avançando no cenário nacional.

Localizado estrategicamente no centro do Brasil, destaca-se por uma expressiva força de trabalho que se capacita a cada dia, com recursos naturais abundantes, forte processo de industrialização, notável potencial de consumo, empresariado empreendedor capaz de competir em qualquer mercado, base produtiva que amplia e diversifica. Todos esses elementos colocam o Estado de Goiás em uma situação promissora de crescimento socio-econômico.

Tendo em vista a tendência histórica do Estado de Goiás crescer acima da média nacional, estima-se que num cenário conservador para 2010, o PIB goiano aumentará acima de 2,9% ou em um cenário otimista um pouco mais que 4%.

Para 2011, um cenário conservador prevê um PIB acima de 3,6% ou, otimista, pouco maior que 5%. O mais importante dessas projeções é dar continuidade ao crescimento goiano acima da média nacional e de forma sustentada.

A estratégia para atingir estas metas é aumentar a taxa de investimento da economia, principalmente na infra-estrutura, manter o crescimento das exportações de bens e serviços e promover um continuado crescimento do consumo das famílias com um forte programa de geração de renda. O cenário sócio-econômico dos municípios em que o Regional possui Unidades Educacionais encontra-se em anexo.

7. PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As Instituições Educacionais, atualmente impulsionadas pelas profundas mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas, buscam integrar a educação geral com a profissional, transformar as relações hierárquicas e rígidas que ainda predominam no interior da escola e construir um ambiente de diálogo entre educadores e educandos, centrado na capacidade de ouvir o outro, na auto-avaliação de docentes e alunos e na responsabilidade e participação de todos.

Para nossa Instituição, educar é uma ação intencional e política, possibilitando ao indivíduo aprender a conhecer, viver, conviver, agir e transformar a sociedade. Uma educação participativa e de qualidade social deverá ser capaz de gerar junto à comunidade ferramentas para que as pessoas possam:

- Interferir e participar na vida pública;
- Defender seus legítimos direitos e ampliá-los;
- Entrar e permanecer no mundo do trabalho;
- Ampliar a visão crítica de mundo;
- Preservar o meio ambiente;
- Assumir responsabilidade social.

É necessário que a educação profissional estimule a busca de conhecimentos científicos e tecnológicos, a constituição e desenvolvimento de habilidades, competências, a criatividade, a transformação e a humanização das relações produtivas. É preciso investigar e descobrir caminhos ainda não percorridos, vinculando cada vez mais intensamente a escola, o mundo do trabalho e a sociedade.

A educação profissional que se quer deverá complementar os conhecimentos que as pessoas e as comunidades possuem, buscando fortalecê-los por meio de um processo educativo que vise a inserção social e a ação participativa. Deve estar voltada para capacitar as pessoas para o trabalho e para a melhoria da qualidade de vida, tendo como orientações básicas:

- Sensibilizar e mobilizar pessoas, organizações e comunidades para a busca de soluções para seus problemas, para a superação das diferentes formas de exclusão social e para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva;

- Contribuir para que o educando, percebido em todas as suas dimensões e necessidades, desenvolva todas as suas potencialidades, estimulando um contínuo e permanente processo de desenvolvimento;
- Fortalecer as pessoas, as organizações e as comunidades para defesa de suas causas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável;
- Ter como valores e princípios a autonomia das pessoas, organizações e comunidades, a participação no coletivo no qual estão inseridas: a ética, a solidariedade e o respeito à diversidade.

Frente às mudanças nas últimas décadas, várias são as tendências educacionais propostas mundialmente. Em escala nacional, as tentativas buscadas envolvem uma escolaridade básica mais prolongada e, no que se refere à Educação Profissional, uma proposta de oferta de uma educação mais abrangente, superando a rigidez das técnicas de trabalho.

Essa tendência, segundo Gonçalves (2009), parece ser confirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB), na medida em que deixa transparecer o propósito de estender o caráter de direito de cidadania ao segundo grau. E, em se tratando da Educação Profissional, a LDB, em seus artigos 39 a 42, a concebe como integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, de forma a conduzir ao permanente desenvolvimento para a vida produtiva.

Tal concepção torna a LDB a primeira legislação educacional brasileira a reconhecer a Educação Profissional como uma das modalidades de educação, definindo a necessidade de articulação educação e trabalho, negligenciada historicamente.

7.1 - VISÃO DE HOMEM E DO MUNDO DO TRABALHO

O homem é um ser que se relaciona com o mundo de modo consciente, intencional, reflexivo, livre e potencialmente responsável. É capaz de fazer juízos de valor sobre sua própria forma de ser e agir e a dos demais seres humanos. Através do pensamento, da linguagem e do trabalho, o homem dá sentido, conhece e modifica o mundo. Ao falar em mundo e de mundo, pensa-se num mundo humano, num ambiente ou circunstância no qual o homem vive, existe, convive e transforma a natureza.

Desta forma, o trabalho é uma ação tipicamente humana dirigida à sobrevivência individual e coletiva. Está na raiz da sociabilidade e do desenvolvimento humano, promovendo e estruturando formas de convivência e de relações entre os homens e entre eles e o meio em que atuam e intervêm.

Ao longo da história, a partir da comunidade primitiva, o homem criou modos de convivência e de produção baseados em diferentes formas de trabalho: escravo, servil, artesanal, assalariado. A ascensão da sociedade capitalista, principalmente depois da Revolução Industrial, resultou na concentração da propriedade dos meios de produção e no parcelamento e fragmentação dos processos de trabalho.

No contexto atual, a Era do Conhecimento e da Informação são marcadas por profundas transformações e incertezas geradas, em grande parte, pelos avanços econômicos, científicos e tecnológicos. Categorias como governo, família, educação e trabalho são revistas continuamente, assim como, as formas de agir, de gerir e de produzir se modificam.

O mundo do trabalho é dinâmico, fundamentado cada vez mais em pesquisa e desenvolvimento. As organizações tendem a ser mais horizontais e estruturadas em forma de rede. A valorização da autonomia e iniciativa profissional, a recomposição da complexidade do trabalho, a rearticulação entre concepção e execução das atividades e a ampliação do conhecimento sobre as mais diversas áreas são efeitos possíveis e desejáveis dessas mudanças. Nesta perspectiva Zarifian (2003:87), afirma:

O CONCEITO DE AUTONOMIA traz, na empresa, uma nova definição das relações de poder, dos campos legítimos de ação e da maneira de definir as regras de trabalho. Ele autoriza a definição das áreas de autonomia e traz também uma certa forma de engajamento do sujeito em relação a si mesmo. Condiciona e solicita a mobilização da competência. Ser autônomo não é apenas definir suas próprias regras de ação; é agir por si mesmo, resolver por si mesmo. É, aliás, o significado comum da palavra autonomia (a autonomia de uma criança, por exemplo, quando consegue andar por si mesmo).

Atrelada à autonomia está a iniciativa, pois, ainda de acordo com Zarifian (2003:87)

O CONCEITO DE INICIATIVA, no entanto, significa a competência, em si mesma, em ação, o engajamento do sujeito não em relação a regras (sejam elas determinadas ou autônomas), mas em relação a um horizonte de efeitos, aqueles que sua iniciativa singular provoca. Eu estaria propenso a dizer, de forma concisa: a competência é a iniciativa sob a condição de autonomia; é determinar um começo em uma área de indeterminação. A prioridade dada à iniciativa modifica um pouco a visão tradicional que podemos ter da organização do trabalho. De fato, nessa área, herdamos um tipo de jogo de oposição mecânica entre determinação e autonomia. Aliás, as primeiras definições de autonomia negociadas entre parceiros sociais concebiam-na como o inverso da determinação (retomando, assim, sem sabê-lo, toda a tradição filosófica da “liberdade negativa”).

Desta maneira, no modelo de competências importa não só a posse dos saberes disciplinares escolares ou técnico-profissionais, mas a capacidade de mobilizá-los para resolver problemas e enfrentar os imprevistos na situação de trabalho. Os componentes não organizados da formação, como as qualificações tácitas ou sociais e a subjetividade do trabalhador, assumem extrema relevância.

7.2 - VISÃO DE SOCIEDADE E CULTURA

De acordo com o Dicionário de Filosofia, de Nicola Abbagnano (2000:912), sociedade significa:

No sentido geral e fundamental: 1 campo de relações intersubjetivas, ou seja, das relações humanas de comunicação, portanto também: 2 a totalidade dos indivíduos entre os quais ocorrem essas relações; 3 um grupo de indivíduos entre os quais essas relações ocorrem em alguma forma condicionada ou determinada.

Desta forma, entende-se sociedade como um agrupamento de indivíduos que estabelecem entre si relações econômicas, políticas e culturais. A participação do homem como sujeito da sociedade implica, portanto, em uma postura crítica. Nesse sentido, a cultura constitui a aquisição sistemática da experiência humana, uma vez que o homem enquanto ser social é elemento formador da sociedade, tornando-se também produto dela.

Sendo cultura “o conjunto dos modos de viver e de pensar cultivados, civilizados, polidos, que também costumam ser indicados pelo nome de civilização”(ABBAGNANO, 2000: 225) a compreensão da sociedade passa, culturalmente, pela compreensão das relações que ligam o ser humano ao seu meio ambiente. Não se trata de acrescentar uma nova concepção, mas de reorganizar os ensinamentos culturais de acordo com uma visão dos laços que unem o homem ao meio ambiente, recorrendo às ciências da natureza e às ciências sociais. Portanto, os produtos culturais são aqueles gerados dos mecanismos nos mais variados processos produtivos e aqueles, também culturais, gerados da dimensão social presente nas relações humanas.

A exigência de uma solidariedade em escala mundial supõe que todos ultrapassem a tendência de se fecharem em si mesmos, de modo a abrir-se à compreensão dos outros, baseada no respeito pela diversidade e na inclusão. Sendo assim, a construção do ser social é feita em boa parte pela educação, cuja ação tem o papel de formar um cidadão que tomará parte do espaço público, um indivíduo que seja capaz de transformar a realidade e o meio social em que vive, tendo como objetivo suscitar e desenvolver estados físicos e morais que são requeridos pela sociedade contemporânea.

7.3 - O PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

Em princípio, a Instituição é inteiramente organizada para favorecer o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos para o desenvolvimento do perfil de competências de cada curso. Para que o processo de ensino e de aprendizagem ocorra, é necessária a preparação do docente de que seu papel deve ser de facilitador de aprendizagem, aberto às novas experiências e procurando compreender, numa relação empática, os sentimentos e os problemas de seus alunos e levando-os à auto-realização. Segundo GADOTTI (1999:2):

“O educador para colocar em prática o diálogo, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes, colocar-se na posição de quem não sabe tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais importante: o da vida”.

Vislumbra-se, portanto, a sistematização do processo de ensino e de aprendizagem e das atividades relacionadas em uma perspectiva de gestão de qualidade. Tanto o processo de ensino e de aprendizagem como as atividades de apoio devem superar os limites internos e serem orientados para o atendimento permanente do aluno.

Entre as principais transformações em curso está o deslocamento da ênfase no ensino para a ênfase na aprendizagem, que passou a ser vista como um processo em que o aluno está envolvido ativamente e no qual as diferenças devem ser consideradas e respeitadas. O ensino precisa estar a serviço da aprendizagem, devendo ser constantemente elaborado, repensado e avaliado em função desta aprendizagem.

Nesse sentido, é preciso assumir uma concepção mais crítica da educação, o que significa entendê-la como um curso importante, mas não o único de inclusão social. Um ensino de qualidade social pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. Uma educação crítica deve romper com a prática pedagógica centrada no conteúdo, no repasse da informação, na busca de assimilação e retenção dos conteúdos pela via da repetição e da memorização.

De acordo com Maria Helena Gonçalves (2009:81).

É importante compreender que a aprendizagem é um processo individual, de reconstrução permanente. Isso significa que, ao aprender, passamos de um estágio a outro de compreensão da realidade, por elevação.

Dessa forma, é essencial desenvolver a capacidade de aprender a aprender e aprender a pensar, palavra de ordem que, ainda segundo Gonçalves (2009), guarda em si a necessidade de criar condições favoráveis ao desenvolvimento das competências necessárias à busca e seleção de informações, ao seu processamento, à reelaboração e reconstrução permanente, a fim de melhor entender uma realidade em mudança do conhecimento. Frente a estes desafios que a educação impõe, a Instituição Educacional organiza-se nas quatro aprendizagens essenciais que, ao longo da vida, são os pilares do conhecimento (Unesco/MEC 1996):

-Aprender a conhecer: através da ação-reflexão-ação as Instituições Educacionais favorecem espaço para a curiosidade desenvolvendo o espírito de busca, de pesquisa, do prazer da própria descoberta e de novas fontes de saber. O conhecimento é percebido como o resultado entre a interação do sujeito com a informação e o significado que este lhe atribui. No processo de construção do conhecimento o educando é o protagonista, sendo o processo mediado pelo educador.

-Aprender a fazer: consiste essencialmente em aplicar, na prática, seus conhecimentos teóricos. É fundamental que o educando saiba se comunicar, não apenas reter e transmitir informações, mas também interpretar e selecionar, desenvolvendo habilidades e competências para o trabalho. O aprender a conhecer e o aprender a fazer são indissociáveis, sendo que o aprender a fazer está ligado à formação profissional.

-Aprender a conviver: trata-se do campo das atitudes e valores. A Instituição Educacional é um espaço social onde se aprende a acolher e respeitar as diferenças, através da vivência de relações pautadas no diálogo em atitude de cooperação, solidariedade e responsabilidade na busca de uma cultura de paz, tolerância e compreensão.

-Aprender a ser: direcionada à formação individual no que se refere à educação de valores e atitudes. A Instituição Educacional oportuniza vivências para o autoconhecimento, entendendo o sujeito como corpo, espiritualidade, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, individual e ética. Pretende-se formar sujeitos autônomos, intelectualmente ativos e independentes, capazes de estabelecer relações interpessoais, de comunicarem e evoluir permanentemente, intervindo de forma consciente e pró-ativa na sociedade. Portanto, os princípios norteadores da ação pedagógica dão identidade às instituições, tendo caráter permanente e servem como orientadores para todos os planejamentos e projetos desenvolvidos.

8. AÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ações educativas destinadas ao desenvolvimento de competências necessárias à inserção e permanência das pessoas na vida produtiva, no setor de comércio de bens, serviços e turismo, tem como premissas a organização por eixos tecnológicos, que possibilita a construção de diferentes itinerários formativos, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica e a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Segundo a Lei nº. 11.741, de 16 de julho de 2008, as ações de educação profissional são desenvolvidas por meio de Cursos e Programas de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional; de Educação Profissional Técnica de Nível Médio; e de Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós-Graduação.

8.1 - FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE TRABALHADORES

Compreende cursos e programas ofertados segundo itinerários formativos, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos, em todas as modalidades de educação profissional e níveis de escolaridade. Objetivam o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social, podendo articular-se aos cursos de educação de jovens e adultos, qualificando para o trabalho e favorecendo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

8.1.1 - APRENDIZAGEM

Cursos destinados a jovens maiores de quatorze anos e menores de vinte e quatro anos (Lei 11.180/2005), empregados no comércio de bens, serviços e turismo, encaminhados pelas empresas ao Senac, na condição de aprendizes (Lei nº. 10.097/2000), para o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício profissional. A duração das atividades realizadas pelo Senac deverá ser de, no mínimo, 40% da carga horária do Curso Técnico correspondente ou 400 horas, o que for maior e, no máximo, 50% do total de horas do programa (Portaria MTE nº. 615/2007).

8.1.2 - CAPACITAÇÃO

Cursos destinados a pessoas com escolaridade variável, que objetivam desenvolver competências necessárias ao exercício de uma ocupação com identidade reconhecida pelo mercado de trabalho. A carga horária, nunca inferior a 160 horas, deverá ser compatível com o desenvolvimento das competências definidas no perfil profissional de conclusão.

8.1.3 - APERFEIÇOAMENTO

Cursos e programas com características variadas, destinados exclusivamente a profissionais, para complementação, atualização ou aprofundamento de competências que visam o seu desenvolvimento frente às mudanças em curso no mundo do trabalho.

8.1.4 - PROGRAMAS SÓCIO-PROFISSIONAIS

Cursos e programas, com características variadas, destinados ao desenvolvimento de competências relacionadas ao exercício de atividades geradoras de renda.

8.1.5 - PROGRAMAS SÓCIO-CULTURAIS

Cursos e programas, com características variadas, destinados ao desenvolvimento de competências relacionadas ao aprimoramento pessoal.

8.1.6 - PROGRAMAS INSTRUMENTAIS

Cursos e Programas que permitem desenvolver competências instrumentais requeridas para o exercício profissional ou suprir carências da educação básica.

8.2 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Compreende cursos normatizados por Diretrizes Curriculares Nacionais e autorizados pelos respectivos sistemas de ensino, organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos e o contínuo e articulado aproveitamento de estudos e competências profissionais.

8.2.1 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Cursos aprovados pelos respectivos sistemas de ensino que têm como requisito mínimo de acesso o Ensino Fundamental completo, destinados a propiciar o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício de uma profissão reconhecida no mercado de trabalho. Integram a organização curricular de uma Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio, compondo o itinerário formativo do técnico.

8.2.2 - HABILITAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Cursos aprovados pelos respectivos sistemas de ensino, que objetivam a profissionalização do Técnico de Nível Médio. Destinam-se a pessoas que estejam cursando ou sejam egressas do Ensino Médio ou equivalente, nos termos do artigo 36 da Lei nº. 11.741/2008.

8.2.3 - ESPECIALIZAÇÃO

Cursos aprovados pelos respectivos sistemas de ensino, vinculados a uma Habilitação Técnica, que compõem o itinerário formativo do Técnico de Nível Médio. Devem propiciar o domínio de novas competências àqueles que já são habilitados e que desejam especializar-se em um determinado segmento profissional.

8.3 - EDUCAÇÃO SUPERIOR

Compreende cursos previstos no artigo 44 da Lei nº. 9.394/1996 e no artigo 1º da Lei nº. 11.741/2008, normatizados por Diretrizes Curriculares Nacionais, destinados aos concluintes do Ensino Médio ou equivalente, classificados em processo seletivo. A oferta de cursos superiores de Graduação e Pós-Graduação está condicionada ao credenciamento da Instituição de Ensino Superior e à autorização e reconhecimento dos cursos pelos órgãos próprios do Sistema de Ensino da União.

8.3.1 - QUALIFICAÇÃO TECNOLÓGICA

Cursos que possibilitam saídas intermediárias, correspondendo a etapas com terminalidade na Graduação Tecnológica, nos termos do art. 6º do Decreto nº 5.154/2004.

8.3.2 - GRADUAÇÃO

Compreende cursos de Tecnologia, Bacharelado e Licenciatura, destinados à profissionalização de nível superior. Obedecem às respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

8.3.3 - PÓS-GRADUAÇÃO

Programas e cursos oferecidos para profissionais graduados, que atendam às exigências específicas das instituições de ensino e das normas vigentes. Compreendem programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado - acadêmico e profissional), recomendados pela CAPES/MEC, bem como cursos de Pós-Graduação lato sensu (Especialização, MBA e Aperfeiçoamento de Nível superior), em áreas afins à graduação. Instituições que não se caracterizam como de educação superior podem ser credenciadas a oferecer cursos de Pós-Graduação como Instituições de notória especialização, nos termos das respectivas autorizações.

8.3.4 - EXTENSÃO

Cursos e programas oferecidos por Instituições de Educação Superior, com a finalidade de atender às demandas da comunidade acadêmica e da sociedade e, acima de tudo, disseminar o conhecimento construído no ensino de Graduação e de Pós-Graduação. Destinam-se a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos no Projeto Pedagógico do curso ou programa.

9. AÇÕES EXTENSIVAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Programações variadas, com o objetivo de disseminar informações e conhecimentos, no âmbito da Educação Profissional. Podem conferir certificados de participação, estabelecendo-se como critério a frequência.

9.1 - PALESTRAS, SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS, SIMPÓSIOS E EVENTOS SIMILARES

Atividades destinadas a grupos com interesses comuns, que se propõem a debater temas pré-determinados de foco social, cultural, educacional ou profissional.

9.2 - CONCURSOS, DESFILES, FESTIVAIS, EXPOSIÇÕES, FEIRAS DE PRODUTOS EQUIPAMENTOS

Atividades destinadas à divulgação de trabalhos desenvolvidos pelos alunos; à promoção de empresas do setor de comércio de bens, serviços e turismo; à demonstração de produtos; à disseminação de inovações tecnológicas.

9.3 - CAMPANHAS E OUTROS EVENTOS DE CARÁTER SÓCIO-PROFISSIONAL E CULTURAL

Atividades de caráter social, realizadas junto à comunidade, objetivando o desenvolvimento da cidadania e o cultivo de valores que estimulem a solidariedade.

9.4 - PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO E RÁDIO

Atividade que tem por objetivo possibilitar, ao público em geral, maior acesso à informação, proporcionando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania.

9.5 - TELECONFERÊNCIA

Objetiva a disseminação de informações, com interação em tempo real, estando os participantes em ambientes fisicamente distintos.

9.6 - ASSESSORIA E CONSULTORIA

Essas atividades têm por objetivo contribuir para a melhoria do desempenho de empresas do setor de comércio de bens, serviços e turismo, mediante orientação na implantação ou aprimoramento de processos e sistemas, adoção de novas tecnologias e utilização de novas estratégias gerenciais.

10. AÇÕES COMPLEMENTARES À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ações institucionais destinadas a apoiar e acompanhar a efetividade da oferta de educação profissional do Senac.

10.1 - ENCAMINHAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS NO MERCADO DE TRABALHO

Atividade que objetiva encaminhar egressos de programações do Senac para oportunidades de inserção no mercado de trabalho e acompanhar a sua trajetória profissional por períodos definidos.

10.2 - PESQUISAS, ANÁLISES E OUTROS ESTUDOS

Atividades que objetivam gerar dados e informações para subsidiar a oferta de ações de educação profissional do Senac.

10.3 - PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Produção de livros, vídeos, softwares, revistas e outros materiais de apoio ao processo de aprendizagem.



11. NORTEADORES CURRICULARES

11.1 - DESENHOS DE CURRÍCULOS

Currículo advém do latim “curriculum”, que por sua vez também derivou de outra palavra latina “currere” e significa correr, cursos ou ainda carro de corrida, é um vocábulo presente em vários idiomas e seu significado é de uso corrente em diversos países. No contexto educacional a organização é um pressuposto básico para que “o caminho” seja inteiramente percorrido. Por essa razão, é comum que as expressões ‘organização curricular’ ou ‘currículo’ ainda sejam utilizadas para se referir ao programa de um curso.

O currículo configura-se não como um simples conceito, mas fundamenta-se a partir de uma construção cultural que identifica e dá contorno às ações escolares sob a orientação da Instituição de ensino para atingir os fins da educação. Por isso, ele é muito mais amplo do que um simples plano de curso, contemplando todas as atividades de uma Instituição Educacional, inclusive as denominadas “extracurriculares” e, conseqüentemente, pressupõe a participação de todos os envolvidos da escola. DA SILVA [s/d], por exemplo, afirma que:

O currículo é uma práxis, não um objeto estático. Enquanto práxis é a expressão da função socializadora e cultural da educação. O autor destaca, ainda, que analisar os currículos concretos significa estudá-los no contexto em que se configuram e através do qual se expressam em práticas educativas.

O currículo contempla abordagem de estudo, equipes de trabalho, propostas metodológicas, cursos, programas e atividades a serem desenvolvidas, concepção e critérios de avaliação, organização didática e tipos de planejamento. Nesse sentido, o currículo deve ser funcional, a fim de promover a aprendizagem e fornecer condições à aplicação e integração dos conhecimentos através da proposição de situações que favoreçam o desenvolvimento das capacidades do educando definindo a metodologia, o método de trabalho e, de acordo com os processos de ensino e de aprendizagem descritos, estabelece a organização dos planos de cursos que podem ser por: componentes curriculares, atividades, projetos, áreas de estudos ou competências. O currículo segue os três princípios básicos da Educação Profissional: flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização.

A flexibilidade permite que os alunos construam itinerários diversificados; a interdisciplinaridade busca romper com a fragmentação do conhecimento, e a contextualização possibilita a realização de aprendizagens que façam sentido para o aluno, integrando a teoria à sua vivência e prática profissional, incluindo estágios profissionais supervisionados quando necessários em alguns cursos técnicos.

Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização conformam um princípio diretamente ligado ao grau de autonomia conquistado pela Instituição na concepção, elaboração, execução e avaliação do seu Projeto Pedagógico. Estes princípios refletem-se na construção dos currículos em diferentes perspectivas, o que abre um horizonte de liberdade e, em contrapartida, de maior responsabilidade para a Instituição Educacional.

Em vigor desde 2009 no Catálogo Nacional de cursos Senac consta a nova forma de organização da educação profissional por eixos tecnológicos, determinada pelo Ministério da Educação (MEC), em cumprimento à Lei 11.741, de 16 de julho de 2008.

Na prática, ocorreu uma mudança de foco: a Educação Profissional, antes voltada para áreas específicas, passa a ser agrupada em torno de fundamentos científicos comuns, configurando os eixos tecnológicos. Agora, os cursos oferecidos pelo Senac estão inseridos em sete dos 12 eixos tecnológicos indicados pelo MEC: Ambiente, Saúde e Segurança; Apoio Educacional; Gestão e Negócios; Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Infraestrutura; e Produção Cultural e Design.

Para Maria Helena Barreto Gonçalves (2009:4), chefe do Centro Técnico Pedagógico (CTP) do Senac Nacional, aí começam as especificidades do trabalho realizado pelo Senac: “Primeiro, decidimos estender os mesmos princípios de organização para os cursos de Formação Inicial e Continuada, principalmente para unificar ainda mais o Sistema. Depois, buscamos levantar os fundamentos científicos comuns a cada grupo de área para identificar a natureza tecnológica de cada eixo e, finalmente, definir as bases tecnológicas que deveriam compor o núcleo politécnico do eixo”. Foram, então, estabelecidas as seguintes naturezas, sintetizadas em ações/verbos que mais caracterizam o conjunto de segmentos profissionais indicados:

-

- Ambiente, Saúde e Segurança – Cuidar
- Apoio Educacional – Sustentar
- Gestão e Negócios – Gerir
- Hospitalidade e Lazer – Acolher
- Informação e Comunicação – Comunicar
- Infraestrutura – Manter
- Produção Cultural e Design – Criar.

Essas ações, fontes geradoras das bases tecnológicas ordenadoras dos currículos determinaram a reorganização de cursos. Dispostos por eixos, os cursos possibilitam maior interdisciplinaridade e, conseqüentemente, maior integração do corpo docente para o planejamento das ações e aplicações metodológicas compatíveis com as características e demandas da comunidade e dos projetos de desenvolvimento socio-econômico locais. Para Léa Viveiros, Diretora de Educação Profissional do Departamento Nacional do Senac (2009:17):

O Catálogo fornece uma visão geral da oferta de educação profissional do Senac em nível nacional e garante as necessárias unidade e coerência de nomenclaturas e cargas horárias das programações. E isso é de fundamental importância. Uma das principais críticas do Governo Federal, principalmente dos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Educação, além dos clientes do Senac, era a inconsistência de carga horária e de nomenclatura dos cursos entre os diferentes Regionais. Agora um aluno do Senac será reconhecido como tal em qualquer lugar, porque as habilidades e competências, além da validade do diploma, serão as mesmas em todo o Brasil. Dessa forma, se um aluno começar o curso em um estado e, no meio do processo, mudar-se para outro ou se fizer a formação em um lugar e trabalhar em outro, poderá se transferir sem problemas.

Em síntese, pode - se identificar que o currículo do Senac pauta-se nas idéias das Matrizes Curriculares Construtivistas e Críticos-emancipatórias, leva-se em consideração os domínios cognitivos adquiridos pela mobilização e internalização de saberes da prática vivenciados e construídos nos ambientes pedagógicos, envolvendo aspectos que vão do individual ao sócio-cultural, situacional e processual, considerando as necessidades sociais, culturais e econômicas, bem como as contradições do mundo do trabalho.

11.2 - FORMAÇÃO CONTINUADA

Para o desenvolvimento desta Proposta é necessário ressignificar o Programa de Educação Continuada do Corpo Docente do Senac Goiás, uma vez realizado o levantamento das necessidades junto as Unidade Educacionais. É importante desenvolver no corpo docente da Instituição Educacional a capacidade de agir, pensar e agir, num processo contínuo de reflexão da prática como fator determinante para uma ação pedagógica mais consciente, crítica, competente e transformadora.

11.3 - ORIENTAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CURSO

A organização curricular de curso relacionada ao desenvolvimento de competências é recente na educação profissional. O conceito de competência profissional aumenta a responsabilidade das instituições de ensino na organização dos currículos. Os currículos elaborados com base em competências profissionais exigem a inclusão de novas formas de organização do trabalho educativo, o agrupamento dos conhecimentos que são construídos na prática, a utilização de metodologias que propiciem o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas, comunicar idéias, tomar decisões, ter iniciativa, ser criativo, com crescente autonomia intelectual, num contexto de respeito às regras da convivência democrática e em condições de monitoramento dos próprios desempenhos, bem como do desenvolvimento pessoal e profissional.

A resolução CNE/CEB nº4/1999 define competência profissional como “a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desenvolvimento eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”.

Para elaborar o plano de curso, a equipe técnica tem a incumbência de planejar os correspondentes itinerários formativos, por eixos tecnológicos, os quais são básicos para a construção dos respectivos currículos, estruturados em função dos perfis profissionais de conclusão, conciliando as aspirações e demandas dos trabalhadores, dos empregadores e da sociedade. Esta incumbência confere à Instituição Educacional maior agilidade na proposição, atualização e incorporação de inovações, correções de rumos e adaptações às mudanças, o que implica em assumir responsabilidade de organização administrativa e pedagógica de forma efetivamente interdisciplinar. Seguindo esta lógica, a programação leva em conta as necessidades de qualificação profissional que atenda a nova exigência do mercado de trabalho, a disponibilidade de recursos físicos, humanos, tecnológicos, didático-pedagógicos, os aspectos legais, bem como a receptividade dos alunos.

O passo importante para a organização do currículo de um curso está em pesquisar, no mercado de trabalho local, o conjunto de ocupações com identidades bem definidas, nos diferentes segmentos profissionais. As pesquisas junto ao mercado, bem como aos organismos de classe, à legislação trabalhista, ao Código Brasileiro de Ocupação (CBO), entre outros, contribui para definir a modalidade de formação exigida: Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, Educação Profissional Técnica de Nível Médio ou Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação.

Com as informações levantadas no mercado, a equipe técnica definirá as possibilidades de cursos a serem oferecidos, que venham compor seus itinerários formativos. Neste contexto passa – se para a construção dos perfis profissionais de conclusão pretendidos para cada curso, definindo as competências que deverão ser desenvolvidas pelo aluno ao longo do curso, sem deixar de considerar o contexto mais amplo da área de atuação profissional, em que cada especialidade deve estar entendida e articulada, como forma de garantir uma preparação para além de postos delimitados de trabalho.

Em seguida a equipe definirá a organização curricular do curso: que será composto por módulos ou não e qual(is) terá(ão) terminalidade(s); de que forma os conteúdos/bases tecnológicas serão organizados, se serão componentes curriculares, se serão blocos temáticos, se serão projetos ou outras formas que favoreçam uma aprendizagem significativa e integrada em itinerários de Educação Profissional. A Modularização é uma das formas de flexibilizar e organizar um currículo centrado na aprendizagem do aluno e na ampliação de competências. O Módulo representa uma fase significativa do processo de aprendizagem e / ou constitui unidades básicas para a avaliação.

O Módulo com Terminalidade profissional prepara o aluno para exercer algum tipo de atividade profissional, para ocupar uma função reconhecidamente existente no mercado de trabalho. A identidade desses módulos deve ser definida com muita clareza, visando a possibilidade de incluir no processo de aprendizagem situações concretas de trabalho relativas à ocupação escolhida. O Módulo sem Terminalidade desenvolve competências de caráter geral, que fundamenta o processo de trabalho e permite a “navegabilidade” nos eixos tecnológicos. A duração dos Módulos dependerá da natureza das competências que se pretende desenvolver e deve permitir a construção de itinerários diversificados, tanto na formação inicial como nos processos de educação continuada.

O diploma somente será expedido ao aluno quando o mesmo concluir todos os módulos que compõem o curso. De acordo com a Resolução CNE/CEB nº04 de 1999, o Plano de curso deve conter os itens relacionados a seguir:

- **Identificação do Curso:** Contemplar o nome do curso, área profissional, modalidade, tipo e carga horária.

- **Justificativa:** Fundamentar a resposta do curso às necessidades e aos problemas decorrentes das novas formas de organização e gestão, bem como do emprego de novas tecnologias e da crescente internacionalização das relações econômicas, que vêm transformando a sociedade e a organização do trabalho, de modo a facilitar o acesso do participante às conquistas científicas e tecnológicas e ao mundo do trabalho.

- **Objetivos:** contemplar uma visão de formação integral, que ultrapasse os limites da formação técnica específica, buscando desenvolver competências relativas à ética, à cidadania, ao meio ambiente, à gestão, à higiene e segurança no trabalho favorecendo a construção de conhecimentos necessários para a vida social e produtiva.

- **Requisitos de Acesso:** estabelecer os mínimos exigidos para ingresso nos cursos;

- **Perfil Profissional de Conclusão:** elaborado a partir das competências básicas/gerais da área profissional e das competências específicas de cada qualificação/habilitação, para os cursos técnicos e de caracterização dos itinerários formativos para os cursos de formação inicial e continuada, assim como por análises e levantamentos de mercado de trabalho e requisitos de regulamentos específicos (profissões regulamentadas);

- **Organização Curricular:** contempla os componentes curriculares e as respectivas competências específicas;

- **Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores:** previsão das formas de aproveitamento de estudos e de competências desenvolvidas na escola, no trabalho ou na vida;

- **Critérios de Avaliação:** prevê as formas e procedimentos de avaliação da aprendizagem;

- **Instalações e Equipamentos:** necessários ao desenvolvimento dos cursos;

- **Pessoal Docente e Técnico,** definir a qualificação do pessoal docente e técnico requerida para o desenvolvimento do curso;

- **Certificação e Diploma:** especificar os diplomas e/ou certificados a serem conferidos aos concluintes.

12. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

12.1 - METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Segundo o Dicionário de Filosofia, do filósofo italiano Nicola Abbagnano (2000:669), metodologia é um conjunto de procedimentos metódicos de uma ou mais ciências com o objetivo de garantir o uso mais eficaz das técnicas de procedimento de que se dispõe. Em pleno século XXI as metodologias utilizadas até então já não atendem mais as demandas da educação. Como cita Gadotti (2000) “um novo mundo globalizado e informatizado se apresenta e com ele muitas áreas como a educação tem de rever conceitos, métodos e quebrar paradigmas para suprir as demandas do ensino”.

Embora em desuso, ainda observa-se o uso de metodologias tradicionais centradas no docente e na transmissão de um saber e um saber fazer pronto e acabado. A proposta de possibilitar ao aluno a oportunidade de pensar sobre o seu fazer e recriá-lo encontra, ainda, a resistência de muitos docentes que preferem ser o centro da ação educativa e de alunos que preferem manter a sua passividade. Neste sentido, esta proposta curricular postula uma superação do modelo tradicional para uma reflexão crítica na perspectiva de uma metodologia que objetive a emancipação dos alunos no processo de ensino e de aprendizagem.

Nesse contexto, o Senac Goiás propõe práticas pedagógicas que estimulam o aluno a construir o conhecimento, metodologias que são participativas, voltadas para a prática, baseadas em situações reais de trabalho, através de estudos de caso, pesquisas e outras formas metodológicas apoiadas em um fazer pedagógico progressista. Uma metodologia baseada no desenvolvimento de competências, cada vez mais próximo do referencial construtivista e do crítico-emancipatório, uma vez que:

[...] o resgate do princípio de que as competências são constituídas por saberes em ação representa uma forma de entendê-los articuladamente como se fosse um mosaico em que o desenvolvimento na vida produtiva e no mundo é evidenciado por um movimento de interação permanente desses saberes. (REFLEXÕES PRELIMINARES À ELABORAÇÃO DE MATRIZES POR COMPETÊNCIAS – DN, 2009:19)

Assim, faz-se necessário que o corpo docente fortaleça a autonomia dos alunos para a aprendizagem, desenvolvendo a capacidade crítica, a criatividade e a iniciativa através de atividades didáticas que colocam os mesmos em contato com o conhecimento teórico-prático, implicando em ação consciente e transformadora em relação aos ambientes de trabalho e comunidades em que vão atuar ou em que já estão inseridos. Os ambientes educacionais devem simular ou reproduzir a realidade profissional, transformando salas de aulas em ambientes de aprendizagem.

Os ambientes reais de vida e trabalho gradativamente são aproveitados como ambientes educacionais. O desenvolvimento atual aponta para um momento em que todos os espaços internos e externos da escola serão vistos como propícios para a construção de conhecimentos. É importante reafirmar que na era da informação, da comunicação e do conhecimento, a Instituição Educacional não detém o monopólio do saber. Esta tem de ser um sistema aberto à comunidade.

A sociedade atual exige a preparação para a mudança e a capacidade de continuar a aprender continuamente. No âmbito desta proposta, a metodologia de educação profissional assumida pelo Senac Goiás vislumbra o trabalho com a Pedagogia de Projetos, através de atividades adequadas à construção do conhecimento a partir da ação criativa e transformadora.

De acordo com os Referenciais para a Educação Profissional do Senac (2002) a Pedagogia de Projetos revela uma proposta coerente com o desenvolvimento de competências, uma vez que remete tanto à integração do conhecimento quanto à necessidade de se optar por estratégias que propiciem a atuação reflexiva e crítica do educando, envolvendo simulações ou situações reais e que seja desencadeada por desafios, cuja resolução é mediada pelo docente. Os projetos de trabalho passam, então, a ser eixo do currículo, o que significa a convergência não só das atividades de acompanhamento e avaliação da aprendizagem, como também e, sobretudo, das atividades de apropriação dos conteúdos.

A pedagogia de projetos toma como ponto de partida a ideia de que a melhor maneira de a educação responder às demandas da atualidade é contribuir para a formação de sujeitos capazes de se orientar numa sociedade complexa e em constante mutação. Para a pedagogia de projetos, aprender envolve participação, tomada de posições, escolha de procedimentos para alcançar os objetivos pretendidos; e ensinar é uma tarefa que, mais do que oferecer respostas, envolve proporcionar experiências problematizadoras da ação. (2004: 48)

A perspectiva de globalização que se reflete nos projetos de trabalho, trata de ensinar o aluno a aprender, a encontrar o nexos, a estrutura, o problema que vincula a informação e que permite aprender. A abordagem por competências junta-se às exigências da focalização sobre o aluno. Consequentemente, docentes e alunos são sujeitos da ação de ensinar e aprender. Unem-se em parceria na construção dos saberes: pesquisa e ensino, prática e teoria, sujeito e objeto.

Sendo assim, o currículo centrado na constituição de competências exige o comprometimento do educador e do educando em atividades que possibilitem o exercício efetivo da competência a constituir. Implica o envolvimento em ações criativas e inovadoras no interior dos próprios ambientes em que as competências serão requeridas.

Mais que conhecer a realidade para transformá-la, a opção metodológica do Senac Goiás coloca a tarefa de transformação do real como instrumento fundamental para a construção de uma aprendizagem significativa

12.2 - PROCEDIMENTOS DE ENSINO QUE ATENDEM ESTA PROPOSTA CURRICULAR

-Apresentação de Grupo

Procedimentos de ensino a serem utilizados nas situações em que docente e alunos ainda não se conhecem, em geral no início do curso, módulo ou de um novo componente curricular.

- Apresentação de Ideias

Para iniciar um novo tema de estudo, o docente pode realizar um inventário dos conhecimentos anteriores, disponíveis entre os alunos.

- Aula Expositiva

A aula expositiva é um dos procedimentos de ensino mais conhecidos e utilizados e, de certo modo, dispensa descrição. Em geral, baseia-se na apresentação oral de um tema, pelo docente, e pode contar com maior ou menor participação dos alunos, dependendo da proposta e dos objetivos de ensino.

-Debate

O debate é um procedimento de ensino que se apoia em leitura e estudo prévio sobre o assunto em foco e desenvolve-se no processo de exposição oral das ideias, pelos participantes do grupo, mediado pela atuação do docente.

-Dramatização

A dramatização ou “desempenho de papéis” é um procedimento de ensino que objetiva a representação de uma situação do cotidiano, fato ou fenômeno social, pelos alunos. Pode ser espontânea ou planejada e, em geral, apoia-se no desempenho de papéis da realidade.

- Ensino com Pesquisa

É um procedimento que requer a orientação direta do docente, no processo de elaboração da pesquisa.

- Estudo de Caso

É um procedimento de ensino que se apoia na apresentação aos alunos de uma situação real ou simulada, relativa ao tema em estudo, para análise e encaminhamento de solução.

- Estudo Dirigido

Como o nome indica, é um procedimento de ensino por meio do qual o aluno executa um trabalho proposto e orientado pelo docente, de preferência, em sala de aula.

- Estudo do Meio

Caracteriza-se pela possibilidade de investigação interdisciplinar de fenômenos da realidade natural e social do aluno.

- Seminário

É um procedimento de ensino que se constrói com base no ensino com pesquisa, realizado em subgrupos, e no debate dos aspectos investigados, de maneira integrada ou complementar, sob a coordenação do docente.

- Solução de Problemas

É um procedimento de ensino baseado na apresentação de uma situação-problema aos alunos, que deve ser resolvida, individualmente ou em subgrupos, utilizando os conhecimentos disponíveis ou novos conhecimentos, por meio de pesquisas.

- Trabalho em Grupos

Essa modalidade de trabalho em Educação recupera a forma habitual de trabalho na vida, no cotidiano, no ambiente doméstico e na atuação profissional, e constitui excelente oportunidade de troca e cooperação entre indivíduos com idades, objetivos e interesses semelhantes.

12.3 - RECURSOS DIDÁTICOS QUE FAVORECEM ESTA PROPOSTA CURRICULAR

Recursos didáticos são componentes do ambiente de aprendizagem que estimulam o aluno. É todo e qualquer recurso utilizado no contexto de um procedimento de ensino visando estimular o aluno e objetivando o aprimoramento do processo de ensino de aprendizagem. Instrumentos auxiliam a transformar as ideias em fatos e em realidades, livros, apostilas, CD, DVD, equipamentos e simuladores, etc.

Dessa forma, tudo que se encontra no ambiente onde incide o processo de ensino e de aprendizagem podendo transformar em um ótimo recurso didático, desde que utilizado de forma adequada e correta. Eles ajudam na transparência de situações, experiências, demonstrações, sons, imagens e fatos para o campo da consciência, onde então se transmutam em ideias claras e inteligíveis.

Os recursos de ensino colaboram para:

- Motivar e despertar o interesse dos educandos;
- Favorecer o desenvolvimento da capacidade de observação;
- Aproximar o educando da realidade;
- Visualizar ou concretizar os conteúdos da aprendizagem;
- Oferecer informações e dados;
- Permitir a fixação da aprendizagem;
- Ilustrar noções mais abstratas;
- Desenvolver a experimentação concreta.

A finalidade dos recursos didáticos é a de melhorar a qualidade de transmissão e recepção das mensagens e tornar os conteúdos ministrados mais facilmente assimiláveis, aprimorando o processo de ensino e de aprendizagem.

13. AVALIAÇÃO

Avaliar vem do latim *a + valere*, que significa atribuir valor e mérito ao objeto em estudo. Portanto, avaliar é atribuir um juízo de valor sobre a propriedade de um processo para a aferição da qualidade do seu resultado. Porém, a compreensão do processo de avaliação de ensino e de aprendizagem tem sido pautada pela lógica da mensuração, isto é, associa-se o ato de avaliar ao de “medir” os conhecimentos adquiridos pelos alunos.

A avaliação é parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem e ganhou na atualidade, espaço muito amplo nos processos de ensino. Requer preparo e capacidade de observação dos profissionais envolvidos. Segundo Perrenoud (1999), a avaliação da aprendizagem é um processo mediador na construção do currículo e se encontra intimamente relacionada à gestão da aprendizagem dos alunos.

A LDB 9.394/96, traz mudanças significativas para a avaliação tanto no aspecto pedagógico como no aspecto legal. Neste contexto, o Senac Goiás tem promovido momentos de estudos e de discussão deste tema, que não se esgotou até o presente momento.

De acordo com Luckesi (2005:109):

Para praticar a avaliação da aprendizagem na escola, nós não necessitamos de abandonar os instrumentos de coletas de dados, que já viemos utilizando em nossa experiência. O que nós necessitamos é usá-los na perspectiva da avaliação e não do exame. O que distingue a avaliação dos exames não são os instrumentos, mas sua a postura na sua construção e nos seus usos.

Qualquer que seja o instrumento adotado para a avaliação, deverá ensejar um processo contínuo de acompanhamento, análise e resgate coletivo das competências constituídas e acumuladas ao longo do processo e, acima de tudo, verificar o quanto o aluno está sendo preparado para enfrentar o contexto de trabalho mutante e dinâmico em que estará inserido. Compreende-se que a avaliação deve permear todas as atividades pedagógicas, principalmente na relação docente com o aluno e no tratamento dos conhecimentos trabalhados neste espaço. Portanto, a intervenção do docente ajuda a construir as mediações necessárias para a construção do conhecimento.

13.1 - DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO:

- **Diagnóstica**, que se constitui por uma sondagem, projeção e retrospectão da situação de desenvolvimento do aluno capacitando-o a utilizar mecanismo de auto-avaliação, desafiando-o a questionar-se e questionar o seu mundo profissional e social, na busca de melhor intervir para transformá-lo. Permite ainda detectar as competências que os alunos já possuem e a partir delas estruturar os processos de ensino e de aprendizagem, propondo exercícios de simulação, realização de um pequeno projeto, perguntas orais, exame escrito, dentre outros.

- **Formativa**, indica como os alunos estão se modificando em direção aos objetivos, informam aos docentes e discentes o resultado da aprendizagem. Permite identificar o desenvolvimento de competências dos alunos ao longo do processo, cabendo ao docente a tarefa de adequação constante entre os processos de ensino e de aprendizagem, de modo a adaptar o ensino à evolução dos alunos e também a estabelecer novas estratégias.

- **Somativa**, sua função é classificar os alunos segundo níveis de aproveitamento ao final da unidade, legitima a promoção dos alunos de uma etapa a outra, de um nível de ensino ao outro. É o ápice do processo formativo.

Desenvolver uma avaliação formadora, integral, significa realizar um processo não fragmentado, não punitivo e orientado por princípios éticos. Estas dimensões da avaliação estão relacionadas intrinsecamente e os percursos realizados posteriormente pelos indivíduos serão de certa forma, consequência das próprias evidências obtidas pelas avaliações, segundo uma orientação minimamente sistematizada pelo docente e/ou pela Instituição formadora. Em um currículo integrado, flexível e pautado em competências, com trabalhos desenvolvidos por meio de projetos, a avaliação e a recuperação precisam ser contínuas. Acompanhando a perspectiva curricular, a avaliação será preferencialmente feita pelo conjunto dos docentes e alunos do projeto, módulo ou bloco temático.

A mensuração é um fator importante no processo de avaliação, devendo-se fazer prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. O aspecto quantitativo expressa em graus ou conceitos a intensidade com que atributos - qualitativos - se manifestam no fenômeno mensurado. Todas as competências sejam de ordem cognitiva, psicomotora, afetiva ou sócio-comunicativa, são mensuráveis, desde que sejam bem definidos os indicadores de desempenho.

O processo de avaliação do Senac Goiás é expresso em Menção e está relacionado ao nível de domínio das competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão do aluno da seguinte forma:

- **Ótimo** - ser capaz de promover e demonstrar conhecimento, competência e habilidades com autonomia;
- **Bom** - ser capaz de promover e demonstrar conhecimento, competência e habilidades, com relativa autonomia;
- **Suficiente** - ser capaz de promover e demonstrar conhecimento, competência e habilidades básicas;
- **Insuficiente** - não capaz de demonstrar conhecimento, competências e habilidades básicas.

13.2 - RECUPERAÇÃO CONTÍNUA E PARALELA

A recuperação constitui parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem, está vinculada ao trabalho pedagógico com intervenção contínua dirigida às dificuldades específicas no momento de sua percepção e intervenção paralela, mais específica e individualizada, dirigida aos alunos que apresentem grande defasagem em seu aprendizado. Tem como princípio básico o respeito à diversidade de características, de necessidades, de ritmo de aprendizagem, cabendo ao docente zelar pela aprendizagem dos alunos e estabelecer estratégias de recuperação para os que apresentarem menor rendimento. (LDB, Cap.II, Art. 13, III e IV).

13.3 - AVALIAÇÃO PARA APROVEITAMENTO DE COMPETÊNCIAS

A avaliação para aproveitamento de competências visa à democratização da educação profissional em todos os seus níveis superando o preconceito e valorizando a experiência profissional e o autodidatismo. É o potencial humano devidamente identificado, avaliado, reconhecido, aproveitado e certificado. (Parecer CNE/CEB nº. 017 de 1.997).

Antes de iniciar o processo de avaliação deve-se identificar quem é o candidato e qual a sua origem. Sendo comprovada a necessidade de avaliação serão elaborados instrumentos para avaliação prática e ou escrita que permitam evidenciar a apropriação de conhecimentos, habilidades e valores.

13.4 - CONSELHO DE CLASSE

O Conselho é um órgão colegiado com a participação do gerente da unidade, supervisor técnico, secretário de cursos, docentes da turma e representantes dos alunos. Possui objetivo de refletir, discutir e adotar ações educativas acerca do processo de ensino e aprendizagem; da relação docente e discente; do relacionamento entre os pares e outros assuntos específicos da turma, na perspectiva de desenvolver um maior conhecimento sobre o aluno, aprendizagem, o ensino e da Instituição.

Cabe ao Conselho de Classe a decisão a respeito da promoção/aprovação final dos alunos, onde o mesmo se reunirá obrigatoriamente, ao final de cada módulo, estágio ou ordinariamente, de acordo com a necessidade de cada curso. É um dos mecanismos que possibilita a gestão democrática na Instituição prevista na LDB 9.394/96, artigo 14:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de acordo com suas peculiaridades conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação da comunidade educacional e local em conselhos escolares ou equivalentes.

As decisões do Conselho de Classe são soberanas, tomadas através de votação aberta dos participantes e em cada reunião lavrada ata que, lida, será assinada pelo secretário escolar e presentes.

14. AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico é a articulação das intenções, prioridades e caminhos propostos para realizar a sua função social. A avaliação do Projeto tem por objetivo verificar em que medida as Unidades Educacionais estão concretizando o Projeto Político Pedagógico, a fim de realizar ajustes necessários. O Projeto Político Pedagógico é uma proposta em construção que deve ser refletida, constantemente aperfeiçoada, pois envolve pessoas e sua educação.

A equipe de elaboração do PPP, também designada como equipe de avaliação, desenvolverá instrumentos de avaliação a serem utilizados nas Unidades Educacionais para o acompanhamento da execução do Projeto Político Pedagógico. Ressaltamos a importância dos seguintes itens do processo de acompanhamento das condições favoráveis para a execução do Projeto Político Pedagógico:

- Análise dos planos de trabalho dos docentes para verificar sua relação com os objetivos, com os conteúdos curriculares e com as opções metodológicas da proposta pedagógica;
- Construção, juntamente com os docentes, de um instrumento de acompanhamento das aulas, a partir de parâmetros previamente discutidos, de forma que eles possam participar da avaliação da sua própria prática de trabalho;
- Observação da sala de aula, a partir de um instrumento de acompanhamento, para estabelecer relações entre a dinâmica da aula e os objetivos e conteúdos curriculares da proposta pedagógica e identificar aspectos que precisam ser mais bem trabalhados com os docentes;
- Acompanhamento do desempenho dos alunos, identificando pontos nesse desempenho que precisam ser melhorados e que precisam ser discutidos com os docentes;
- Acompanhamento do desenvolvimento de projetos propostos por docentes e por alunos;
- Supervisão do uso do tempo e do espaço escolar, verificando sua adequação aos objetivos e conteúdos curriculares;
- Supervisão da qualidade dos recursos didáticos disponíveis, observando sua variedade, sua adequação ao número de alunos e aos objetivos e conteúdos curriculares da proposta pedagógica;
- Reunião em dia fixo, que faça parte da programação normal da Unidade Educacional, com os docentes, para estudo teórico e discussão de questões práticas;
- Reunião periódica com toda a Unidade Educacional para avaliação e replanejamento do Plano de trabalho vigente.

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico é uma construção coletiva na qual “o texto estará sempre em processo de aprimoramento, por se tratar de um ‘tecido’ que nunca se arremata, porque a vida é dinâmica e exige modificações permanentes.” (EDLER, 2004:157).

Dessa forma, percebemos que:

[...] o projeto político-pedagógico pode ser considerado como a ‘carteira de identidade’ da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a todos igualdade de oportunidades educacionais, o que não significa necessariamente, que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas para todos. (EDLER, 2004:156-157).

Assim, o Senac Goiás espera que este documento seja o norteador das ações pedagógicas, tendo em vista a prática reflexiva constante, necessária para uma educação de qualidade social, inovadora e para todos.

16. BIBLIOGRAFIA

GADOTTI, M. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo: Scipione, 1999.

VEIGA, Ilma P.. Projeto político-pedagógico de escola: uma construção possível. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

VEIGA, Ilma P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma P. A. (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1996.

ZARIFIAN, Philippe. O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas. São Paulo: Ed. Senac.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática. 2ª ed. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2005.

SANT'ANNA, Ilza Martins. Porque avaliar? Critérios e instrumentos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

EDLER, Carvalho Rosita. Educação Inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.
DOWBOR, Ladislau. Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

ABBAGNANO, Nicola; BOSI, Alfredo (org.). Dicionário de filosofia: tradução da brasileira. 4ª ed. São Paulo: Martins Fonseca, 2000.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SCARPATO, Marta. Os Procedimentos de ensino fazem a aula acontecer. São Paulo: Ed. Avercamp, 2004.

GOMES, Heloisa Maria. A ação docente na educação profissional. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

PERRENOUD, Philippe. Construindo as competências desde a escola. Porto Alegre: ArtMed, 1999.
KUENZER, A. Z. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. Boletim Técnico de Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 19-29, maio/ ago.1999.

AMARAL, Maria Abadia, FURTADO, Maria Rachel Leone. Educação Básica: leis/pareces/decretos/resoluções federal-estadual-municipal. Goiânia: Kelps, 2000.

GONÇALVES, Maria Helena B.; BOTINI, Joana; PINHEIRO, Beatriz Arruda de Araújo (org.). Referenciais para a educação profissional do Senac. Rio de Janeiro: SENAC/DFP/DI, 2004.

LEITE, Rejane de Souza; BÓ, Maria Clara Lanari. Formação Inicial e continuada de trabalhadores no comércio de bens, serviços e turismo. Rio de Janeiro: SENAC/DARH/CCC, 2006.

CAMPOS, Rosilda da R. Senac Goiás: desde 1947. Goiânia: 2009:158.

GONÇALVES, Helena Barreto; BOTINI Joana; PINHEIRO, Beatriz Arruda de Araújo. Referência para a educação profissional do Senac. Rio de Janeiro: SENAC/DFP/DI,2002:48.

REAL, Elizabeth Maria M.; ARAÚJO, Maria Luiza Motta da Silva; TEIXEIRA, Máslova Valença. Itinerários Formativos: metodologia de construção. Rio de Janeiro: SENAC/DEP/CPA, 2005.

CEE-GO. Regulamentação da educação profissional do sistema educacional de Goiás - Goiânia, 2005.

PITKAMEN, Kari; SEUBERT, Rolf; HOLMES, David; BARBER, Lonnie; FICHTNER, Bernhard, GONÇALVES, Maria Helena B.; GOMES, Candido Alberto (orgs.). Fronteiras do Ensino Profissional: Tendências e Articulações com o Ensino Superior. Rio de Janeiro: Ed. Senac, 2009.

SENAC, REFLEXÕES PRELIMINARES À ELABORAÇÃO DE MATRIZES POR COMPETÊNCIAS – DN, 2009. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, Governo do Estado de Goiás - Plano Plurianual 2008-2011.

SENAC, Departamento Nacional. Glossário da educação profissional. Rio Janeiro: 2008.

SENAC, Correio 692. Por dentro dos eixos tecnológicos. Rio de Janeiro: 2009.

SENAC, Goiás. Proposta Pedagógica da Educação Profissional. Setembro: 2003.

CAMPOS, Rosilda da R. Senac Goiás: desde 1947. Goiânia: 2009:158.

FOTOS, Acervo Senac - 2010.